

**ATA NÚMERO 114/XII/2ª SL**  
**27.fevereiro.2013 – 10h00**

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala do Senado, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Comunicações do Presidente**

**3. Audição dos Presidentes dos Laboratórios do Estado**

**4. Outros assuntos**

**5. Data da próxima reunião**

**Dia 05.março.2013 - 15h00**

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

**2. Comunicações do Presidente**

Não se registaram comunicações do Presidente.

**3. Audição dos Presidentes dos Laboratórios do Estado**

A audição faz parte do plano de atividades da Ciência, de que é relatora a deputada Elza Pais (PS). Estavam presentes os Presidentes dos 8 Laboratórios do Estado (LE).

O Presidente da Comissão deu-lhes as boas vindas e realçou a importância de se fazer o acompanhamento da evolução do funcionamento das respetivas instituições.

Interveio em primeiro lugar o responsável do [Instituto Hidrográfico](#), referindo que se trata de um órgão da Marinha, com a tutela do Ministro da Defesa Nacional, tendo articulação com o Ministro da Educação e Ciência e a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, com atividade nas ciências e técnicas do mar, prossequindo as políticas públicas associadas à ciência do mar.

Informou ainda que têm autossuficiência na promoção de conhecimento, pela capacidade humana, tecnologia e parcerias, realçando a utilização de navios hidrográficos. Salientou que o Instituto tem cariz militar e civil e realçou a prontidão e rotatividade do pessoal.

Em relação ao financiamento, têm orçamento privativo e orçamento da Marinha, com uma dotação de 12.000.000€, 53% do orçamento da Marinha. Tendo presente as recomendações do Grupo de Internacional de Trabalho para a Reforma dos LE (GIT), referiu que estão a fazer a expansão da rede de observação e monitorização, estabeleceram uma parceria com o Instituto do Mar e Atmosfera e estão integrados em instituições internacionais.

De seguida, interveio a responsável do [Instituto de Investigação Científica Tropical](#), o qual se dedica ao saber tropical, realçando a relevância do conhecimento acumulado nos últimos 100 anos e a diferenciação das atividades desenvolvidas. Tendo presente as recomendações do Grupo Internacional de Trabalho, indicou que o Instituto tem uma tutela partilhada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Ciência, estabeleceu relações com o sistema científico dos PALOP e concentrou a investigação em 8 unidades.

Informou depois que tiveram uma redução das verbas do Orçamento do Estado (OE), mas aumentaram a captação de receita externa, nomeadamente com financiamento de projetos. Salientou a necessidade de rejuvenescimento dos investigadores e realçou o envolvimento em parcerias internacionais, nomeadamente em doutoramentos a este nível. Fez ainda referência ao desenvolvimento de uma plataforma de tecnologia agrícola para países tropicais.

O responsável do [Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária](#) informou que este LE é novo, tendo ficado parcialmente com as atribuições dum Laboratório anterior. Informou que fazem investigação aplicada em relação às temáticas da saúde animal e alimentar e aos recursos genéticos relacionados com a alimentação humana.

Indicou como constrangimentos o facto de as regras de gestão pública não serem adequadas à gestão aplicada, realçando a necessidade de maior flexibilidade e de serem excecionados da aplicação da lei dos compromissos, como acontece com as universidades. Salientou que fazem uma investigação muito aplicada e muitas vezes a Fundação para a Ciência e a Tecnologia não tem painéis de avaliação aplicáveis. Realçou também a necessidade de definição de um plano estratégico de médio e longo prazo, com o envolvimento dos stakeholders. Por último, indicou a necessidade de uma política de renovação de recursos humanos, para não se perder o conhecimento e as competências.

O responsável do [Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses](#) indicou como pontos fortes a independência científica, a faturação dos serviços prestados, refletindo um pensamento empresarial, alguma autonomia financeira (embora inferior à das universidades), uma missão bem definida (estabelecendo-se para que existe e que funções tem), a articulação direta com o Ministério da Justiça e a internacionalização (exemplificando com missões e congressos internacionais).

Como pontos fracos, indicou algumas regras da administração pública (como sejam a autorização do Ministro das Finanças para despesas de valor superior a 5.000€) e os recursos humanos e financeiros dirigidos à atividade pericial, não tendo pessoal para a investigação.

Nessa sequência, propôs a flexibilização de algumas regras de gestão.

O responsável do [Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge](#) referiu que em relação à audição de maio de 2012 trouxe os documentos estratégicos novos (o plano de desenvolvimento estratégico de 2008 a 2012 e o relatório de atividades de 2011). Realçou depois a falta de clareza da missão e atribuições dos LE, a inexistência de avaliação dos mesmos, a falta de definição dos Laboratórios de referência, a necessidade de tutela do Ministério da Educação e Ciência e a falta de um contrato programa com o Ministério.

No que respeita à estrutura organizacional, referiu que a estrutura está subdotada, há necessidade de reconsiderar os órgãos, têm dificuldade de recrutamento de recursos humanos (devido às limitações de ingresso), verifica-se rigidez no mecanismo de execução orçamental, nomeadamente com necessidade de autorização do Ministro das Finanças para determinadas despesas (que dificulta, por exemplo, a aquisição de serviços respeitantes a resíduos perigosos e a calibração).

Nesta sequência, solicitou a equiparação dos LE às universidades, a atribuição de maior flexibilidade de gestão e a necessidade de um orçamento plurianual.

O responsável do [Instituto Português do Mar e da Atmosfera](#) referiu que se trata de um Instituto novo, embora as instituições que estiveram na sua base trabalhem desde a década de 1950. Realçou que trabalham 24 horas por dia e 7 dias por semana, que têm relações com muitas entidades e que o Instituto foi desenhado conforme as Recomendações do GIT.

Informou que têm 500 funcionários, 100 doutorados e 100 bolseiros, um orçamento de 45.000.000€, menos de metade vindo do OE. Referiu que garantem os satélites continentais internacionais e participam em projetos comunitários.

Solicitou a integração automática dos fundos de investigação e referiu que precisam de muito espaço e a regra que está fixada, de pagamento do mesmo, cria muitas dificuldades.

A responsável do [Laboratório Nacional de Energia e Geologia](#) indicou que recebem 50% de verbas do OE e o restante advém de projetos financiados e de direito autoral. Estão a dar sequência às recomendação do GIT, fazendo a focalização nas atividades (ultrapassando a fragmentação) e desenvolvendo a participação ativa em entidades internacionais. Realçou, nomeadamente, a participação em atividades nos PALOP e em parcerias com Espanha.

Em termos de problemas mais relevantes, indicou a falta de avaliação dos investigadores e o facto de as linhas de investimento nacionais não estarem alinhadas com as internacionais.

O responsável do [Laboratório Nacional de Engenharia Civil](#) referiu que têm uma missão clara e bem definida, competindo-lhe dar apoio às políticas públicas na área da construção, engenharia civil, controlo e segurança das grandes estruturas (como pontes e barragens), desenvolvendo investigação no seu campus e nos locais das obras.

Salientou que há duas áreas no sistema científico, as universidades e os Laboratórios do Estado, tendo os segundos o tratamento de parente pobre e não tendo visibilidade. Solicitou a flexibilização das regras de gestão (referindo que perdem anualmente cerca de 1.000.000€ pela falta de flexibilização), o reforço das capacidades dos LE, com atribuição de recursos humanos e

materiais e espaço próprio na política de ciência e, por último, a revisão do estatuto da carreira de investigação, com equiparação ao estatuto da carreira docente universitária.

O Professor Contzen referiu que o relatório do GIT de 2006 ainda se mantém globalmente válido (cfr. [Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2006](#) e [Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2006](#)), com algumas atualizações na nota preparada para a audição dos LE de 2011.

No âmbito da evolução do ambiente de investigação e desenvolvimento referiu a crise económica na Europa, a necessidade de a ciência e a tecnologia ajudarem na recuperação, o facto de a globalização trazer novos atores para a área e para o debate, com especial relevância para a participação da sociedade civil.

No que respeita ao impacto na missão dos Laboratórios do Estado, realçou maior ênfase na promoção da inovação tecnológica, nomeadamente nas pequenas e médias empresas, o desenvolvimento de treino avançado, a procura de financiamento internacional, a acentuação do trabalho em áreas de gestão de risco, em matérias que preocupam a sociedade civil, como por exemplo a nível de saúde, alimentar, etc e no estabelecimento de nova cooperação com economias emergentes.

Salientou ainda a necessidade de definição clara da missão de cada LE e daquilo que o membro do Governo respetivo espera do mesmo, que servirão de base para a sua avaliação regular; em termos de governação, a autonomia na execução das tarefas, a gestão por objetivos e a avaliação *a posteriori*, sendo a confiança a base da delegação.

Em termos de relevância, referiu que cada LE deve manter um conhecimento base em ciência e tecnologia que lhe permita cumprir as suas tarefas da melhor forma possível. Indicou que a avaliação dos investigadores deve estar relacionada com as suas habilidades, a sua contribuição para o conhecimento base do LE, podendo ser diferente daquilo que se espera dos investigadores universitários.

Realçou a necessidade de aperfeiçoamento da cooperação interna dos LE, para adquirirem maior peso na competitividade internacional e melhorarem a transdisciplinariedade, referindo o “espaço” e “riscos”.

Concluiu que há muitas pessoas fora de Portugal dispostas a ajudar, mas as decisões acerca do futuro dos LE, a sua missão, o seu perfil, a sua governança, têm de ser tomadas pelas instituições democráticas portuguesas. Por último, fez uma breve referência à posição de Portugal na inovação – 35.º lugar - de harmonia com relatórios internacionais.

Interveio depois o Presidente da Comissão, referindo que a questões constantes do levantamento feito em 2006 nalguns casos ainda se mantêm. Nessa linha, reiterou a proposta de que os LE constituam um Grupo de Trabalho para apresentarem uma proposta conjunta, para a Assembleia da República ponderar a aprovação de uma Resolução com algum consenso.

Interveio de seguida a deputada Elza Pais (PS), que salientou a missão dos LE, no âmbito do apoio às políticas públicas, a importância da internacionalização da ciência e realçou o facto de muitos investigadores estarem em fuga do país. Referiu que um ano depois da audição dos LE, as dificuldades mantêm-se e as ameaças aumentam.

Mencionou a hipótese de aprovação duma Resolução da Assembleia da República, com recomendações ao Governo e solicitou aos Laboratórios que lhe remetam propostas para serem levadas em conta nessa Resolução.

Realçou a existência de bloqueios na carreira científica e a conseqüente fuga de cérebros para o estrangeiro. Referiu a proposta que tinha sido colocada de evolução dos LE para entidades públicas empresariais e o facto de o programa do Governo referir que pretende manter a sustentabilidade e a competitividade, defendendo que a primeira está ameaçada e a segunda também o pode ser. Reiterou o pedido de propostas aos LE.

A deputada Nilza de Sena (PSD) salientou que a Secretária de Estado da Ciência informou que tem vindo a reunir com os Secretários de Estado dos outros Ministérios que tutelam LE, para diminuir o afastamento com as tutelas. Indicou depois a necessidade de clarificar a missão dos LE, como entidades de investigação de apoio às políticas públicas e de introduzir a avaliação dessas entidades. Realçou ainda a necessidade de averiguar quais as recomendações do Grupo de Trabalho Internacional que não foram implementadas, se são atuais e bem assim se diminuiriam a situação de disparidade entre os vários LE.

O deputado Carlos Enes (PS) realçou o facto de muitos problemas anteriormente elencados ainda não terem tido solução.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) concordou que muitas questões se mantêm, realçou a importância da definição da missão, para os LE saberem o que devem fazer e o Governo o que lhes pode atribuir. Referiu que os LE têm um trabalho diferente das universidades, atuando a nível da soberania do Estado, aspeto que deve ficar bem claro. Realçou que a avaliação destas instituições é fundamental. Mencionou a importância da flexibilização da gestão, indicando que a Assembleia da República poderá ter alguma intervenção nessa matéria e referindo que avaliará depois a hipótese da Resolução, eventualmente a apresentar pelo PS.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que os LE são a espinha dorsal do sistema científico e que o seu Grupo Parlamentar tem apresentado muitas propostas com exceções para as entidades científicas, tendo sido todas rejeitadas. Realçou a necessidade de renovação de quadros, de abertura da carreira científica e a quebra geracional. Salientou a importância da missão dos LE, no âmbito da gestão de risco, vigilância, proteção civil, etc e a necessidade de maior definição da respetiva missão.

Referiu ainda o défice estrutural entre cientistas e técnicos, que em Portugal corresponde a um ratio de 1/12, enquanto noutros países é de 1/6 e os gastos por investigador, que são de cerca de 60.000€/ano em Portugal e de 120.000€ nos restantes países da Europa.

O deputado Luís Fazenda (BE) realçou a importância dos LE nas várias áreas do Estado, mais como prestadores de um serviço público do que como desenvolvendo funções na área da soberania do Estado. Referiu que as questões colocadas já são conhecidas e que a Secretária de Estado da Ciência informou que ia diligenciar para que os LE tivessem a mesma isenção das universidades em relação à lei dos compromissos, mas isso ainda não foi concretizado. Propôs que se adote rapidamente uma Resolução da Assembleia da República, consensual, sobre esta matéria.

O Presidente da Comissão realçou o conhecimento fundamental dos LE nas áreas da segurança, nível tropical, mar e expansão continental, etc e a projeção do prestígio científico nacional a nível internacional.

De seguida, os responsáveis dos Laboratórios responderam às questões e observações transmitidas. O responsável do Instituto do Mar e da Atmosfera salientou que houve evolução quanto à situação que tinham em 2006 e que a sua missão é clara. Pediu que os recursos comunitários possam ter uma gestão autónoma, a dispensa da sujeição à lei dos compromissos e a avaliação dos investigadores de harmonia com critérios atuais, embora tenha realçado que têm muita avaliação no âmbito dos projetos internacionais.

O responsável do Laboratório Nacional de Engenharia Civil pediu que sejam considerados atores importantes no sistema científico, que seja introduzida a inovação na investigação e que as questões estruturantes tenham uma atenção especial.

A responsável do Laboratório Nacional de Energia e Geologia referiu que se mantêm as questões constantes do levantamento feito em 2006, com exceção das que estavam nas mãos do Laboratório. Informou ainda que recentemente os Laboratórios se reuniram todos para pedirem a isenção da aplicação da lei dos compromissos, realçando que o facto de terem tutelas diferentes gera menor força da pretensão. Realçou a hipótese de a questão ser resolvida no diploma de execução orçamental.

Informou que os programas Ciência 2006 e 2008 resolveram algumas questões. Salientou que são sempre avaliados no âmbito dos projetos internacionais, mas não têm avaliação dos investigadores e bolsas e realçou que os bolseiros pós-doutorados são prejudicados em relação aos bolseiros das universidades.

O responsável do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge aventou a eventual revisão da lei dos LE, referiu que o diploma de execução orçamental é uma oportunidade para resolver a isenção em relação à lei dos compromissos e indicou a necessidade de clarificação da missão destas entidades, que prestem apoio às políticas de soberania. Referiu que os LE foram incentivados a criar consórcios, na sequência do relatório do Grupo de Trabalho Internacional, o Instituto investiu nisso, mas o consórcio não chegou a ser criado superiormente. Por último, realçou a utilidade de visitar o programa mobilizador dos LE e de ter em conta as funções de soberania ou de globalização que desempenham.

O responsável do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses realçou que a missão do Instituto está definida e os objetivos indicados, realçando que aquilo que está em causa é a concretização dos objetivos. Indicou, a título exemplificativo, que queriam montar um laboratório de genética, mas que era necessária a autorização do Ministro das Finanças, que não foi concretizada. Por último, salientou a importância da flexibilização da gestão da investigação, em termos iguais aos das universidades.

O responsável do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária referiu a importância da investigação dos LE, nomeadamente a nível da gestão de riscos e defendeu que a responsabilidade de Portugal como estado comunitário depende dos Laboratórios, nomeadamente a nível da certificação de produtos. Referiu os estudos relacionados com as alterações climáticas, as áreas alimentares, etc e a diferença em relação às universidades.

Solicitou que a maior liberdade de gestão dos LE não implica maiores custos, defendendo que em contrapartida, a maior racionalização implica menores custos. Chamou depois a atenção para os contratos dos investigadores de ciência de 2007 e 2008 que estão a chegar ao fim, ainda não havendo solução para a retenção dos mesmos. Por último, referiu que a rede de consórcios prevista anteriormente não teve sequência e defendeu a importância da mesma.

A responsável do Instituto de Investigação Científica Tropical salientou que falta visão das tutelas em relação à missão dos seus LE e referiu que a avaliação deve ser feita pela tutela, tendo em conta os objetivos definidos, enfatizando que a avaliação não é um fim em si mesmo.

O responsável do Instituto Hidrográfico referiu que são sobejamente avaliados, a nível de certificações nacionais e internacionais de produtos. Salientou que em 2006 lhes foram feitas 3 recomendações, mas os objetivos não podem concretizar-se apenas por este Instituto, estando a concretizá-los com os parceiros. Realçou que têm uma missão muito bem definida, entendeu que deve haver um aperfeiçoamento estratégico da atividade dos LE e evidenciou a vantagem de criação de um conselho de coordenação interinstitucional dos Laboratórios.

O Professor Contzen reiterou a posição de Portugal - 35.º lugar - na inovação.

A deputada Elza Pais (PS) agradeceu os contributos, referiu as melhorias recentes do sistema científico, a nível, por exemplo, dos doutoramentos, dos centros de tecnologia, da ciência médica, das médias do PIB e referiu que não se pode quebrar a melhoria do investimento que vinha sendo feito, sob pena de retrocesso. Realçou ainda o término a curto prazo dos contratos dos investigadores de ciência 2007 e 2008 e pediu aos Grupos Parlamentares que intervenham no sentido de se aprovar uma solução.

A terminar, o Presidente da Comissão informou que a documentação da reunião e a respetiva gravação estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

#### **4. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

#### **5. Data da próxima reunião**

**Dia 05.março.2013 - 15h00**

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro 2013

**O PRESIDENTE**

**(Ribeiro e Castro)**

Ata aprovada na reunião da Comissão de 5 de março de 2013.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Elza Pais  
Emília Santos  
Maria Manuela Tender  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Odete João  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros  
Maria Conceição Pereira